



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005216-85.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
 Requerente: **José Francisco Messias**
 Requerido: **Marcos da Silva Ramos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu quantia em dinheiro para ressarcimento de danos que ele causou em automóvel de sua propriedade ao colidir contra sua parte traseira.

O réu em contestação admitiu que na ocasião em apreço conduzia veículo atrás do pertencente ao autor, sendo que este freou.

Limitou-se então a salientar que não sucedeu na sequência o abalroamento entre os automóveis, mas a assertiva é inverossímil.

Com efeito, os orçamentos de fls. 09/11 patenteiam os danos na traseira do veículo do autor e não foram impugnados especificamente pelo réu.

Diante disso, firma-se a convicção de sua responsabilidade pelo evento, até porque não se concebe que o autor diligenciasse a lavratura de Boletim de Ocorrência e ajuizasse a presente ação com o propósito de prejudicar injustificadamente o réu sabendo que não houve o embate aludido.

A presunção de culpa deste pela dinâmica do evento não foi afastada por um único indício que fosse e isso basta ao acolhimento da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Cumpre ressaltar por oportuno que o aspecto mais relevante do feito, no que concerne à manifestação do réu, consiste na declaração de que *"não tem nenhuma proposta pois não tem nenhuma condição financeira no momento"*.

Certamente se ele realmente não fosse o causador do evento tal dado sequer seria trazido à colação, o que reforça a certeza de que o pleito exordial prospera.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.344,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época do orçamento de fl. 09), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**